



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### **SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0016397-37.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Thiago Aparecido Antonietti**  
 Requerido: **Hyundai Caoa do Brasil Ltda**  
 Juiz de Direito: Dr. **Milton Coutinho Gordo**

### **CONCLUSÃO**

Em 06 de novembro de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, **Dr. MILTON COUTINHO GORDO**.

Eu, Isabel Ednise Pozzi Furlan, escrevente, subscrevi.

**Nº de Ordem: 1680/13**

### **VISTOS**

**THIAGO APARECIDO ANTONIETTI** ajuizou  
 Ação de **INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS e MATERIAIS** em face de  
**HYUNDAI CAO DO BRASIL LTDA**, todos devidamente qualificados.

Aduz o Autor, em síntese, ter adquirido um veículo Hyundai Veloster da empresa Ré, por R\$ 65.000,00 "à vista". Na ocasião solicitou a documentação do veículo a ser providenciada pela Requerida; por todos consectários gastou R\$ 620,00; ocorre que, ao levar o veículo para a vistoria, teve que arcar com mais R\$ 70,00 reais. Sustenta ainda, que no início de abril, foi autuado por não concluir a transferência do veículo em 30 dias. Pediu a procedência da ação e a condenação do requerido ao pagamento de indenização por danos morais e materiais. Juntou documentos a fls. 20/37.

Devidamente citada, a requerida contestou sustentando, em síntese, que: 1) mesmo sabendo que o documento não estava



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

pronto, o requerente passou a conduzi-lo pela cidade e , assim, assumiu o risco de ser multado; 2) a vistoria não estava englobada no valor cobrado pelo despachante; 3) nada deve ao autor, tendo em vista a falta de provas dos abalos sofridos. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica a fls. 80/81.

As partes foram instadas a produzir provas, pelo despacho de fls.85. O requerido demonstrou desinteresse, requerendo a apreciação antecipada da lide e o requerente ficou inerte.

As partes foram convocadas para audiência de tentativa de conciliação que restou prejudicada ante a ausência da requerida (fls.95).

Pelo despacho de fls. 96 foi declarada encerrada a instrução. O requerente apresentou alegações finais a fls. 99/ 100 e a requerida não se manifestou.

**É o relatório.**

**DECIDO.**

O autor pagou R\$ 620,00 à ré no dia 29/01/13 (v. cambial de fls. 29).

Consoante mensagem da própria ré – fls. 28 – tal se deu para que fosse providenciada a transferência do domínio do bem ao autor.

Se o autor já se encontrava na posse do veículo

**0016397-37.2013.8.26.0566 - lauda 2**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

desde 22/01/13 e, mesmo assim, deliberou conduzi-lo sem antes concluir a transferência, assumiu o risco de praticar a infração que acabou concretizando (fls. 31).

Outrossim, o autor não provou como lhe cabia, que o custo da “vistoria” estava incluído nos R\$ 620,00 que desembolsou e ainda qual foi o prazo prometido para conclusão da transferência contratada ( nesse contexto o juízo não tem como aferir eventual ocorrência do excesso de prazo sustentado genericamente a fls. 81).

Assim não vejo como atribuir à ré qualquer responsabilidade na linha de desdobramento causal o que leva a improcedência dos dois reclamos deduzidos.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

\*\*\*

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL.**

Sucumbente, arcará o autor com o pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono da requerida, que fixo, por equidade, em 10% (dez por cento) do valor dado à causa.

**P. R. I.**

São Carlos, 11 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**